



Política de Assistência Estudantil nas Universidades Federais: uma revisão bibliográfica sobre permanência e equidade no ensino superior público brasileiro

Lucas Monquellate Mendes Lopes

(Universidade Federal de Pelotas / lucasmonquellate@hotmail.com)

Márcio Barcelos

(Universidade Federal de Pelotas / barcelosmarcio@gmail.com)

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo principal analisar a literatura científica existente sobre as políticas de assistência estudantil implementada nas universidades federais brasileiras. Busca compreender como essas políticas têm influenciado na permanência de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e colaborado na elevação do desempenho acadêmico dos mesmos, na redução das desigualdades dentro do ambiente universitário e no combate à evasão. Trata-se de uma revisão bibliográfica que envolveu estudos publicados em periódicos nacionais e teses recentes, com ênfase na percepção dos estudantes, nos desafios das instituições e na contribuição do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para a democratização do ensino superior desde a sua implementação em 2007. Os resultados apontam que, apesar dos avanços, ainda há limites estruturais relacionados à insuficiência de recursos, à burocracia e à carência de mecanismos de avaliação contínua.

PALAVRAS-CHAVE: assistência; permanência; políticas; universidades; PNAES.

Realização:



1. Introdução

A expansão do acesso ao ensino superior federal brasileiro, intensificada principalmente a partir dos anos 2000 durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva, e, mais particularmente, com a criação de diversos programas e políticas estudantis que vieram na sequência como PROUNI, FIES, SISU, PNAES, REUNI, dentre outros, trouxe novos desafios à gestão universitária. A expansão das universidades federais, por meio de programas como o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) de 2007, e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), aumentou o ingresso de estudantes oriundos de famílias de baixa renda e de grupos marginalizados historicamente, como negros por exemplo (JULIÃO, PEREIRA, FERREIRA, 2022). Essa transformação rápida no ensino superior público exigiu não apenas políticas de acesso, mas também políticas de permanência com o objetivo de reter os estudantes, capazes de assegurar condições materiais e acadêmicas mínimas para que os mesmos concluam os seus cursos e não os abandonem (JULIÃO, PEREIRA, FERREIRA, 2022).

Nesse contexto, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que foi instituído em 2007, teve o mérito de se consolidar como o principal instrumento de apoio à permanência de discentes em situação de vulnerabilidade social. A literatura recente e atual aponta que o PNAES contribui para reduzir a evasão, fortalecer a inclusão e promover condições mais equitativas para a formação. (CAVAIGNAC; VASCONCELOS; LOPES, 2021).

Ainda assim, muitos estudos têm demonstrado que a assistência estudantil ainda enfrenta alguns entraves que devem ser superados com o tempo, alguns deles: recursos financeiros insuficientes, cobertura limitada, dificuldades de gestão e ausência de avaliação sistemática e contínua de resultados (PERSKE, 2024). Além disso, a percepção dos próprios estudantes que recebem os auxílios revela que, embora os auxílios sejam extremamente importantes, ainda há lacunas a serem preenchidas para atender a todas as demandas e necessidades, principalmente em relação a moradia, alimentação, transporte e saúde mental (ABREU; XIMENES, 2021).

Diante desse cenário, o presente artigo busca revisar a produção bibliográfica e científica recente sobre políticas públicas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras, com um foco maior nos impactos percebidos pelos discentes e nos desafios da gestão enfrentados pelas universidades federais brasileiras.

Realização:



Objetivo geral: analisar como a literatura avalia a política de assistência estudantil no ensino superior federal, especialmente em relação à permanência e às percepções discentes.

2. Referencial Teórico

A ampliação do acesso ao ensino superior público, a partir dos anos 2000, esteve fortemente ligado à adoção de programas como PROUNI, FIES, REUNI e à Lei de Cotas de 2012, que alteraram profundamente o perfil socioeconômico dos ingressantes nas universidades federais (JULIÃO; PEREIRA; FERREIRA, 2022). Nesse cenário, o PNAES, criado em 2007, passou a representar o principal mecanismo de permanência, abrangendo auxílios relacionados a alimentação, moradia, transporte, saúde, cultura e inclusão digital (CAVAIGNAC; VASCONCELOS; LOPES, 2021).

Nesse sentido, se torna claro a necessidade que a democratização do acesso ao ensino superior seja não apenas voltada às ações de acesso à universidade pública, mas também aos mecanismos de permanência para reter os estudantes dentro da universidade, reduzindo as desigualdades existentes entre os estudantes provenientes de classes sociais mais pobres e com dificuldades de prosseguirem suas vidas acadêmicas com sucesso (VASCONCELOS, 2010).

Diversos estudos apontam que a assistência estudantil desempenha papel decisivo na permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade, mitigando desigualdades e possibilitando a continuidade da trajetória acadêmica (ABREU; XIMENES, 2021). O acesso a auxílios de moradia, alimentação e transporte mostra-se significativamente importante para reduzir os índices de evasão, além de contribuir para a formação integral dos discentes (CAVAIGNAC; VASCONCELOS; LOPES, 2021). Algumas pesquisas também indicam que, na percepção dos estudantes que recebem os auxílios, os auxílios não apenas colaboram para aliviar certas pressões financeiras, mas também têm um impacto positivo em aspectos emocionais, acadêmicos e sociais, o que fortalece o sentimento de pertencimento dentro da universidade (JULIÃO; PEREIRA; FERREIRA, 2022).

Apesar dos aspectos de inteligência e de dedicação aos estudos, existem múltiplos outros fatores que vão influenciar na aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes, como por exemplo, a inter-relação entre questões pessoais e internas do estudante, aspectos relacionados à família, ao grupo social na qual se encontra e o ambiente escolar (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).

Historicamente, os estudos sobre o sucesso acadêmico sempre se concentraram nos fatores de baixo rendimento e de abandono do curso. No entanto, nos últimos anos têm ganhado força uma perspectiva mais ampla de sucesso universitário: o desenvolvimento psicológico dos estudantes. Quando se estuda a trajetória dentro da universidade, é essencial



considerar o desenvolvimento psicossocial dos estudantes e observar o processo de maturação psicológica e social (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017). Entretanto, estudos de avaliação mais recentes deixam claro que, embora os efeitos sejam claramente positivos, a assistência estudantil ainda não consegue atender plenamente à grande diversidade de necessidades dos estudantes, especialmente nas áreas de saúde mental e apoio pedagógico (PERSKE, 2024).

A literatura recente mostra que o tema da saúde mental e fatores psicossociais nunca foram seriamente levados em consideração pela assistência estudantil até recentemente, mas são cada vez mais relevantes e debatidas dentro do contexto universitário e ganharam mais força principalmente com a pandemia da Covid-19, que impactou profundamente na saúde mental do estudante universitário (GOMES; LEITÃO; SANTOS; ZANOTTI, 2023). Outro desafio é o fato de haver uma dificuldade na identificação das demandas específicas dos estudantes em relação à saúde mental. A heterogeneidade dos discentes, de diferentes origens sociais, trajetórias de vida e necessidades psicológicas, exige das Instituições Federais de Ensino um esforço constante para mapear e atender às particularidades de cada indivíduo (OLIVEIRA; VÉRAS; ARAÚJO, 2025).

Embora seja reconhecido nacionalmente como um marco significativo na democratização do acesso ao ensino superior, o PNAES não foi acompanhado por uma expansão proporcional de recursos financeiros, o que compromete a efetividade da política frente ao crescimento da demanda (PERSKE, 2024). A partir dos estudos analisados, se observa que a insuficiência orçamentária é um dos maiores entraves à plena efetividade da assistência estudantil. Embora o PNAES tenha se consolidado como uma política estruturante nas universidades federais, o aumento da demanda decorrente da ampliação do acesso não foi acompanhado de repasses financeiros proporcionais (PERSKE, 2024). Essa defasagem compromete tanto a quantidade de estudantes atendidos quanto a qualidade dos auxílios oferecidos.

Outro desafio refere-se à enorme variedade (heterogeneidade) dos critérios de concessão entre instituições. Como o PNAES oferece diretrizes mais gerais, deixa espaço para adaptações mais locais, então cada universidade adota mecanismos próprios, resultando em práticas desiguais e dificultando comparações nacionais sobre a efetividade da política (CAVAIGNAC; VASCONCELOS; LOPES, 2021). Além disso, a burocracia nos processos de seleção e renovação dos auxílios tem sido apontada como um fator que gera certa insegurança entre os estudantes. A demora na análise de documentos e a falta de clareza em editais são relatadas como obstáculos adicionais, em especial para alunos em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica (JULIÃO; PEREIRA; FERREIRA, 2022).

A falta de sistemas padronizados de monitoramento e avaliação também é considerado um entrave. Embora tenha consenso sobre a relevância da política, ainda faltam instrumentos que permitam medir de maneira uniforme seu impacto na redução da evasão e



no desempenho acadêmico (PERSKE, 2024). Esse déficit de indicadores compromete tanto a transparência quanto a eficiência da gestão.

Nos últimos anos, a gestão da assistência estudantil tem buscado mais alternativas para tentar superar entraves remotos como excesso de burocracia e morosidade nos processos da concessão e renovação dos auxílios. A adoção de novas tecnologias para inovação vem sendo explorada como uma maneira nova de tornar a política pública mais moderna ao mundo atual e mais eficiente. Um estudo conduzido em um Instituto Federal do Sul do Brasil relatou a implementação de um aplicativo móvel que centraliza todas as informações relacionadas à assistência estudantil, como editais, prazos, resultados e orientações para inscrição. Os resultados deste estudo indicaram que a digitalização dos processos contribuiu não apenas para a transparência, mas também para a aproximação dos estudantes com a gestão, reduzindo a sensação de insegurança e falta de clareza frequentemente apontada em pesquisas sobre a política (OLIVEIRA; COUTINHO, 2022).

O uso das tecnologias digitais também pode abrir novas possibilidades para o monitoramento e a avaliação. A coleta em tempo real de dados sobre o perfil socioeconômico, demandas e participação estudantil são um bom exemplo e podem fornecer informações mais preciosas para o planejamento dentro das instituições. Além de diminuir custos administrativos, agilizar etapas mais burocráticas e melhorar a morosidade, essas ferramentas podem permitir que as universidades tenham um controle maior sobre os resultados adquiridos da assistência que foi prestada.

Mesmo que sejam experiências pontuais e locais e não universalizadas ainda, esses casos mostram o potencial de transformações da incorporação de tecnologias da contemporaneidade na gestão da assistência estudantil. A inovação representa uma oportunidade para fortalecer a comunicação entre universidade e discentes e também para uma maior transparência e eficiência da política pública.

A efetividade da política de assistência estudantil tem sido objeto crescente de interesse na literatura diante da necessidade de justificar o investimento público em tempos de restrições no orçamento. As pesquisas analisadas demonstram que a concessão de auxílios relacionados a moradia, alimentação, transporte e inclusão digital exercem impacto significativo na permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade, reduzindo a evasão e garantindo maior equidade nas oportunidades de formação (JULIÃO; PEREIRA; FERREIRA, 2022).

Em Institutos Federais, alguns estudos apontam que os auxílios vão além da permanência e repercutem também no desempenho acadêmico. Beneficiários relatam um engajamento maior em atividades pedagógicas e extracurriculares, bem como melhores índices de aprovação em disciplinas e progressão nos cursos (ESTRADA; RADAELLI, s.d.). Esse



dado reforça a ideia de que a assistência estudantil deve ser considerada como um investimento estratégico na qualidade da formação, e não apenas uma política “compensatória”.

Por outro lado, análises mais críticas apontam algumas limitações na forma como a efetividade vem sendo avaliada. A maior parte dos estudos dão mais atenção à métricas mais quantitativas como taxas de evasão, conclusão de curso ou desempenho acadêmico, deixando de lado dimensões mais qualitativas que também podem ser igualmente relevantes, ou talvez até mais. Por exemplo, questões como bem-estar psicológico, saúde mental, integração social e sentimento de pertencimento ainda aparecem de forma secundária nos estudos, apesar de seu peso nas trajetórias estudantis (PERSKE, 2024).

3. Metodologia

Esta pesquisa é caracterizada como uma revisão narrativa de literatura científica de caráter qualitativo, descritivo e exploratório, voltada para a análise de produções científicas disponíveis que discorrem sobre a política de assistência estudantil no Brasil, com foco nas universidades federais. Para este estudo, foram selecionados artigos, dissertações e teses que podem ser encontrados em bases de dados como SciELO, Periódicos CAPES, Google Acadêmico, dentre outros, priorizando publicações entre 2010 e 2024, período em que houve uma consolidação maior e expansão do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Os descritores utilizados para a busca foram: “assistência estudantil”, “permanência universitária”, “PNAES”, “universidades federais”, dentre outras. Para a busca, foram aplicados operadores booleanos como AND, OR e NOT para combinar e refinar os termos da pesquisa e garantir que os resultados fossem relevantes para o objetivo da revisão. O operador AND foi utilizado para garantir que os artigos incluam todos os descritores importantes, como “assistência estudantil” AND “universidades federais”. O operador OR foi aplicado para ampliar a busca, incluindo artigos com termos alternativos, como “assistência estudantil” OR “PNAES” e o operador NOT para excluir artigos irrelevantes, como “assistência estudantil” NOT “ensino privado”. A pesquisa da bibliografia foi iniciada em Setembro de 2025 na base de dados www.gual.ufsc.br, utilizando o descritor “Política Nacional de Assistência Estudantil”.

Como critérios de inclusão definiram-se artigos completos publicados em português no período entre 2010 e 2024, referentes aos que tratam da assistência estudantil nas universidades federais, com foco no PNAES e em sua relação com a permanência dos estudantes no Brasil. Por sua vez, os critérios de exclusão foram: artigos que não abordam

Realização:



diretamente o PNAES, resumos, monografias, artigos fora do período de 2010-2024, estudos publicados em inglês, e artigos excluídos.

Todos os resultados encontrados foram importados das bases de buscas para o aplicativo Rayyan, como forma de organização e arquivamento dos estudos. Com o uso da funcionalidade padrão do aplicativo, foram identificados e excluídos os arquivos duplicados.

O processo de seleção dos artigos foi dividido em duas fases: primeira e segunda triagem. A primeira triagem foi realizada por um revisor que analisou os estudos encontrados de forma independente e às cegas. Os artigos que atenderem aos critérios de inclusão seguiram para a segunda triagem. A segunda triagem se deu pela leitura integral desses artigos pelo revisor. Os artigos da segunda triagem que atenderam os critérios de inclusão foram selecionados para compor a revisão.

A análise dos artigos selecionados seguiu uma abordagem qualitativa, com foco na identificação e organização das principais contribuições de cada estudo. As ideias emergentes foram agrupadas em núcleos temáticos, como: impactos da assistência estudantil na permanência universitária; Desafios na implementação do PNAES e percepções dos estudantes sobre os auxílios recebidos.

O referencial para análise é composto por 21 trabalhos acadêmicos que tratam da política de assistência estudantil e seus impactos na permanência e retenção universitária. Essas obras abordam diferentes pontos de vista e visões de mundo, como por exemplo: a efetividade da política pública (JULIÃO; PEREIRA; FERREIRA, 2022), a percepção dos estudantes beneficiados por esses auxílios (ABREU; XIMENES, 2021), os desafios de gestão e de financiamento (PERSKE, 2024), e experiências inovadoras como o uso de ferramentas tecnológicas na gestão da assistência estudantil (OLIVEIRA; COUTINHO, 2022).

A opção por uma revisão narrativa se justifica pela possibilidade de reunir diversos estudos de diferentes naturezas e metodologias, o que colabora para uma visão mais ampla e crítica sobre a implementação da política de assistência estudantil e seus reflexos na permanência dos estudantes, bem como dos problemas envolvidos e possíveis soluções inovadoras que possam surgir.

4. Resultados e discussão

A revisão da literatura científica recente, abordada até aqui, deixa claro que a política de assistência estudantil, posta em vigor com mais força principalmente pelo PNAES, tem contribuído de maneira substancial para a democratização do acesso ao ensino superior público brasileiro por diferentes classes socioeconômicas. Os estudos convergem ao indicar



que os auxílios ofertados, como bolsa permanência, alimentação, transporte e materiais acadêmicos, são percebidos pelos estudantes como mecanismos de suma importância para viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que assegura condições mínimas para a continuidade da formação e permanência universitária, o que mantém a evasão controlada. (PERSKE, 2024; FERREIRA, 2023; CAVAGNAC, 2021).

No entanto, quando se comparam os resultados dos diferentes estudos, surge uma tensão interpretativa bem interessante: se por um lado há um amplo consenso sobre a importância e os efeitos positivos da política, por outro lado os mesmos estudos que reconhecem seus avanços também documentam limitações estruturais que ainda persistem e que comprometem sua plena efetividade. Perske (2024) e Ferreira, Santos e Kipnis (2023) apontam que a insuficiência orçamentária, a burocracia nos processos administrativos e a ausência de mecanismos padronizados de avaliação não são problemas “periféricos”, mas entraves centrais que vão afetar diretamente a quantidade de estudantes atendidos e a qualidade dos auxílios oferecidos. Essa tensão entre avanço e limitação estrutural é um fio condutor que atravessa toda a literatura que foi analisada e precisa ser levado em conta por gestores públicos e formuladores de políticas públicas.

Um segundo ponto de convergência bastante significativo diz respeito ao impacto psicológico e motivacional dos discentes. A percepção dos estudantes beneficiários, registrada em diferentes pesquisas, confirma que os auxílios impactam não apenas a esfera mais “externa” como a material, mas também aspectos mais “internos” como autoestima, pertencimento e motivação para estudar. Pesquisas recentes revelam que estudantes que recebem auxílio sentem-se mais engajados e comprometidos com suas trajetórias acadêmicas, percebendo que a universidade oferece suporte adequado para superar obstáculos socioeconômicos (OLIVEIRA, 2021; CAVAGNAC, 2021). Esse efeito psicológico e motivacional sugere que a assistência estudantil tem papel estratégico não apenas na manutenção da matrícula, mas também no fortalecimento do propósito do estudante e na sua percepção de valor pessoal dentro do ambiente acadêmico. Esse achado é relevante porque desloca a compreensão da assistência estudantil de uma ideia meramente compensatória para uma perspectiva maior de investimento na formação integral do estudante, o que reforça e amplia o objetivo geral deste artigo, que busca compreender a política para além de seus indicadores quantitativos de permanência.

Contudo, é nesse ponto que a literatura ainda apresenta uma lacuna importante. A maior parte dos estudos analisados privilegia métricas mais quantitativas como taxas de evasão, conclusão de curso e desempenho acadêmico, em detrimento de dimensões mais qualitativas e que são igualmente relevantes, como bem-estar psicológico, saúde mental, integração social e sentimento de pertencimento (PERSKE, 2024). Isso limita a compreensão do real impacto da política nas trajetórias estudantis e aponta para uma agenda de pesquisa



ainda pouco explorada pela literatura, especialmente no que se refere às particularidades de diferentes grupos sociais e regiões do país. O tema da saúde mental, por exemplo, ganhou bastante relevância após a pandemia da Covid-19, mas ainda carece de respostas institucionais por parte das universidades federais (GOMES; LEITÃO; SANTOS; ZANOTTI, 2023; OLIVEIRA; VÉRAS; ARAÚJO, 2025).

No campo das inovações, experiências pontuais inovadoras com tecnologias digitais – como o aplicativo desenvolvido em um Instituto Federal do Sul do Brasil relatado por Oliveira (2021) - para gestão dos auxílios, demonstram que é possível reduzir a burocracia, ampliar a eficiência da política pública e aproximar os estudos da gestão institucional. A integração de tecnologias inovadoras permite que informações sobre benefícios sejam acessadas de forma mais rápida, o que possibilita um maior controle por parte dos estudantes e diminui atrasos e erros administrativos. Esses exemplos, apesar de serem iniciativas localizadas e não universalizadas, mostram caminhos claros para modernizar a política pública, tornando-a mais responsiva às demandas dos estudantes e mais alinhada às práticas contemporâneas de gestão universitária (OLIVEIRA, 2021). A digitalização dos processos, aliada à coleta de dados em tempo real sobre o perfil e as demandas dos estudantes, pode ainda subsidiar um planejamento das instituições mais preciso e orientado por evidências.

Outro aspecto relevante e que foi destacado nas pesquisas é a variabilidade das regiões e instituições na implementação dos programas. Universidades de diferentes regiões enfrentam desafios diferentes em relação à orçamento, gestão, comunicação, dentre outras, o que deixa em evidência a necessidade de políticas de avaliação contínua e estratégias adaptadas ao contexto de cada região (ASSIS et al., 2013). Essa visão reforça que a eficácia da assistência estudantil depende não apenas do volume de recursos, mas também da capacidade de administração e da adequação às especificidades de cada local. Essa variabilidade não é apenas um problema de gestão, mas também uma questão de equidade: estudantes com perfis socioeconômicos semelhantes podem ter acesso a auxílios bastante distintos dependendo da instituição em que estão matriculados. Nesse sentido, a ausência de uma padronização mínima nos critérios de avaliação e nos sistemas de monitoramento compromete tanto a transparência da política quanto a capacidade do Estado de mensurar seus resultados de maneira consistente.

Por fim, os resultados da revisão apontam que a efetividade e o futuro da política de assistência estudantil nas universidades federais não depende apenas de um único fator, mas da combinação de três fatores principais: aumento e direcionamento adequado do orçamento, implementação de mecanismos de avaliação contínua para monitorar a efetividade dos programas e a incorporação de soluções tecnológicas na gestão administrativa. A ausência de qualquer uma dessas dimensões compromete as demais. Considerando esses elementos de maneira integrada, a política de assistência estudantil



poderá não apenas reduzir desigualdades, mas também promover um ambiente universitário mais inclusivo e motivador para os discentes, fortalecendo a permanência e o desempenho acadêmico dos estudantes de baixa renda e evitando a evasão universitária.

QUADRO: SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DA DISCUSSÃO SOBRE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Aspectos	Resultados principais
Contribuição do PNAES	O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem sido fundamental para democratizar o acesso ao ensino superior público brasileiro, especialmente para estudantes de baixa renda. Auxílios como bolsa permanência, alimentação, transporte e materiais acadêmicos são essenciais para garantir a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, reduzindo a evasão e favorecendo a continuidade acadêmica. (PERSKE, 2024; FERREIRA, 2023; CAVAGNAC, 2021).
Limitações estruturais	Persistem desafios significativos na implementação da política, como insuficiência de recursos financeiros, burocracia nos processos administrativos e a falta de mecanismos padronizados de avaliação, comprometendo a efetividade da política (FERREIRA; SANTOS; KIPNIS, 2023).
Impacto psicológico e motivacional	Os auxílios não apenas aliviam as pressões materiais, mas também impactam positivamente a autoestima, o pertencimento e a motivação para estudar, aumentando o engajamento dos alunos com suas trajetórias acadêmicas (OLIVEIRA, 2021; CAVAGNAC, 2021).

Realização:



Inovações tecnológicas	A adoção de aplicativos digitais tem mostrado um caminho promissor para reduzir a burocracia e aumentar a eficiência na gestão da assistência estudantil, proporcionando um acesso mais rápido e maior controle por parte dos estudantes, além de diminuir erros administrativos (OLIVEIRA, 2021).
Desafios regionais e institucionais	Há uma variabilidade significativa na implementação dos programas entre as regiões e instituições, com diferenças no orçamento, gestão e comunicação. Isso reforça a necessidade de políticas de avaliação contínua e estratégias adaptadas a cada contexto regional (Assis et al., 2013).
Futuro da assistência estudantil	O futuro da política de assistência estudantil depende de três fatores-chave: aumento do orçamento, implementação de avaliação contínua e a incorporação de tecnologias para modernizar a gestão administrativa. Isso permitirá uma maior equidade no acesso e permanência no ensino superior e contribuirá para a redução da evasão (FERREIRA, 2023).

Fonte: Elaboração própria.

5. Conclusão

A revisão de literatura científica evidencia que a política de assistência estudantil, principalmente por meio do PNAES, tem um papel central na democratização do ensino superior no Brasil, permitindo que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica permaneçam na universidade e completem sua formação. Além de fornecer suporte material,

Realização:



os programas contribuem significativamente para aspectos internos, como motivação, autoestima e senso de pertencimento, fortalecendo o propósito dos estudantes em suas trajetórias acadêmicas e contribuindo para a redução da evasão e rotatividade em seus cursos.

No entanto, os resultados também deixam claro que existem limitações estruturais que precisam ser enfrentadas. A insuficiência de recursos, a burocracia excessiva e a falta de padronização na avaliação do impacto da política pública comprometem a plena efetividade do programa. Para que a assistência estudantil cumpra seu papel, é muito importante que os gestores das universidades adotem estratégias de monitoramento contínuo, ampliem a alocação de recursos e implementem mecanismos que aumentem a eficiência e a transparência do processo de concessão de auxílios.

Além disso, a incorporação de inovações tecnológicas se mostra como uma alternativa muito interessante para modernizar a gestão da assistência estudantil. Aplicativos e plataformas digitais podem facilitar o acesso às informações, reduzir a burocracia e ampliar o alcance dos auxílios, tornando a política mais responsiva e inclusiva às necessidades reais dos estudantes. Essa inovação também fortalece a percepção de equidade no acesso aos recursos, pois impacta diretamente na motivação e o engajamento acadêmico.

Por fim, os resultados da pesquisa sugerem que a eficácia da assistência estudantil depende da integração de três dimensões: aporte financeiro adequado e direcionado, mecanismos contínuos de avaliação e monitoramento, e uso inteligente de tecnologias na gestão. Considerando essas dimensões, as universidades não apenas promovem a permanência estudantil, mas também fomentam um ambiente organizacional mais inclusivo, equitativo e motivador para os discentes concluírem os seus estudos.

Dessa forma, futuros estudos podem aprofundar a análise sobre como a assistência estudantil impacta na trajetória acadêmica de diferentes grupos sociais e regiões do país, ao investigar, por exemplo, a relação entre o tipo de auxílio e a motivação intrínseca dos estudantes. A compreensão dessas relações vai permitir aprimorar políticas públicas, consolidar estratégias de desenvolvimento regional e de equidade no ensino superior brasileiro.

Referências

ANDRADE, Ana; TEIXEIRA, Marco. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017.

Realização:



ABREU, Márcia; XIMENES, Verônica. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. *Revista Psicologia USP*, 2021, volume 32, e200067, p. 1-11, maio 2021.

ALVES, Daniel; BRITO, Marta. Permanência estudantil e autonomia universitária: a questão do SiSU no contexto de uma universidade estadual do interior da Bahia. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 01, p. 24-44, mar. 2021.

ASSIS, Anna; SANABIO, Marcos; MAGALDI, Carolina; MACHADO, Carla. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. *Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL*, Florianópolis, vol. 6, núm. 4, 2013, pp. 125-146.

CAVAIGNAC, Mônica; VASCONCELOS, Ana; LOPES, Maria. Impactos da assistência estudantil na permanência universitária: um estudo com estudos das IES estaduais do Ceará em situação de vulnerabilidade socioeconômica. *Revista ELITE*, ISSN: 2675-5718, p. 149- 172, 2021.

ESTRADA, Adrian; RADAELLI, Andressa. A política de assistência estudantil em uma universidade pública: a perspectiva estudantil. p. 32-47. S. d.

Ferreira, Luiz; SANTOS, Carolina; KIPNIS, Bernardo. Assistência Estudantil: uma avaliação de sua efetividade. *Arquivos Analíticos de Políticas Públicas*, v. 31, n. 112, p. 1-20, out. 2023.

GANAM, Eliana; PINEZI, Ana. desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.37, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698228757>.

GOMES, Lucélia; LEITÃO, Heliane; SANTOS, Kyssia; ZANOTTI, Susane. Saúde mental na universidade: ações e intervenções voltadas para os estudantes. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.3, e40310, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469840310>.

COSTA, Simone. A equidade na Educação Superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27499>

IMPERATORI, Thaís. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109>

JULIÃO, Cassiano; PEREIRA, Luiz; FERREIRA, Marco. O impacto do programa nacional de assistência estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda. *REVISTA GUAL*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 203-225, janeiro-abril 2022.



MACEDO, Geórgia; SOARES, Swamy. Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 02, p. 439-457, jul. 2020

MACHADO, Jardel; SOUZA, Miriam. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. Estudos de Psicologia, 21(4), outubro a dezembro de 2016, 477-488. Acervo disponível em www.scielo.br/epsic.

OLIVEIRA, Jacqueline; COUTINHO, Renato. Políticas de assistência estudantil e a permanência escolar em um Instituto Federal, *Research, Society and Development*, e414111234786, v. 11, n. 12, p. 1-13, set. 2022.

OLIVEIRA, Jacqueline; COUTINHO, Renato. Uso de um aplicativo para o acesso às políticas de assistência estudantil em um Instituto Federal do Sul do Brasil, *Research, Society and Development*, e496111234787, v. 11, n. 12, p. 1-10, set. 2022.

OLIVEIRA, Rafael; VÉRAS, Renata; ARAÚJO, Tânia. Student assistance and mental health promotion in brazilian federal universities: an integrative review. Aval. (Campinas, Sorocaba, online), v. 30, e025030, 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-57652025v30id29160430>.

PERSKE, Ketlin. Políticas públicas de assistência estudantil na educação superior: desafios e perspectivas de duas universidades federais do rio grande do sul em tempos pandêmicos. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, 2024.

SILVA, Polyana; SAMPAIO, Luciano. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 5, p. 603-631, set/out. 2022.

SOUSA, Maria; FREITAS, Isaurora. Políticas de assistência estudantil e programas de bolsas como mecanismos de incentivo à permanência de jovens de baixa renda na universidade. *Revista Homem, Espaço e Tempo*, nº 14, volume 2, p. 100-124, Jan/Dez/2020.

VASCONCELOS, Natalia. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no brasil. *Ensino Em-Revista*, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez.2010.